A GEOGRAFIA NA TRAMA DE UM SISTEMA SOCIAL CONTRADITÓRIO

Luiz Carlos Tavares de Almeida, UFS, Luiz.geografia@hotmail.com;
co-autor: Lucas Oliveira Morais, UFS, Lucasufs@yahoo.com.br.

RESUMO:

Essa pesquisa parte do pressuposto de que a educação tem por necessidade possuir a característica de intervenção, buscando a partir de suas práticas educativas, mudar a estrutura desigual e combinada pela qual a sociedade contemporânea se assenta. Desta forma, surge à necessidade de discorrer um debate sobre o ensino de geografia no que diz respeito à funcionalidade dessa disciplina para os diferentes agentes que possam a utilizar, seja em prol da dominação, ou da libertação. No âmago deste debate, surgirá uma geografia atrelada a dois agentes, de um lado o Estado, disseminador da sociedade de classes, e de outro o docente, que se faz enquanto articulador das formas as quais o conhecimento geográfico pode ser transmitido no contexto escolar, podendo proporcionar a tomada de consciência social.

PALAVRAS CHAVES:

Ensino de geografia, Intervenção, Mudança.

Este estudio asume que la educación es la necesidad de poseer la característica de la intervención, en busca de sus prácticas educativas, el cambio de la estructura de la desigual y combinado por el cual se apoya la sociedad moderna. Así surge la necesidad de discutir un debate sobre la enseñanza de la geografía en relación con la funcionalidad de esta disciplina a los diferentes agentes que pueden ser utilizados ya sea por el bien de la dominación o la liberación. En el corazón de este debate, una geografía apareció atado a dos agentes, por una parte el Estado, difusor de la sociedad de clases, y otros profesores, lo hace como un creador de formas que pueden transmitirse los conocimientos geográficos en el contexto escolar puede proporcionar la conciencia social.

PALABRAS CLAVE:

Enseñanza de la geografía, Intervención, en Cambiar.

A GEOGRAFIA NA TRAMA DE UM SISTEMA SOCIAL CONTRADITÓRIO

O contexto histórico da geografia é atrelado de contradições no que diz respeito ao seu objeto de estudo e sua funcionalidade enquanto ciência apta a proporcionar a dominação e/ou a libertação. No caso brasileiro, os discursos geográficos tiveram uma importância central durante a formação territorial, devido ser um país de capitalismo atrasado e, majoritariamente retardatário. Nessa direção, Morais compreende que:

[...] o berço alemão do processo de sistematização da geografia moderna bem atesta essa centralidade. A emergência da geografia especificamente dedicada ao estudo do homem, com Ratzel, no contexto prussiano, reforça a ilustração. O caráter tardio impõe uma perda de “espontaneidade” no ordenamento do território, o apetite territorial do Estado se exacerba, os mitos espaciais encontram um campo propício a sua disseminação. (MORAIS, 2005, P. 94).

São fatos que demonstram o quanto os conhecimentos geográficos podem ajudar o Estado a centralizar cada vez mais o poder em prol da classe burguesa. Nessa conjuntura, o docente de geografia pode exercer a função de propagador das ideologias geográficas, ou, colocar a formação cultural e científica nas mãos da sociedade, a qual se utilizaria desse instrumento como forma de luta para sua emancipação.

O trabalho docente, na perspectiva da pedagogia crítico-social dos conteúdos, exige do docente de geografia uma atenção no momento de transmitir a dimensão da prática histórico-social no processo do conhecimento. Nessa perspectiva, Libâneo coloca que:

(...) essa compreensão do trabalho docente requer um professor capaz de encarar sua tarefa como parte da prática social global, para o que precisa adquirir um conhecimento teórico que lhe permita pensar e agir sobre o real histórico e, também dominar os meios operacionais: o saber e o saber-fazer didático. (LIBÂNEO, 2006, P. 128).

Nos dias atuais, tendo como sistema econômico o modo de produção capitalista, cujo direcionamento sócio-espacial possui valores de mercado, os quais comprometem a formação do docente, ou seja, dificultando ao professor dominar os meios operacionais, logo, causando a precarização do ensino em suas práticas teórico metodológicas pouco satisfatórias aos interesses das camadas sociais populares.

O próprio sistema educacional brasileiro é vítima de políticas econômicas incisivas, transpondo o caráter qualitativo por um caráter quantitativo, sendo este último claro sinônimo de produtividade. Na economia capitalista existe a tendência de transformar tudo em

mercadoria, e nesse bojo integrar as mais diferentes instâncias da sociedade, em um caráter de mercado.

No pós oitenta, houve a aplicação de reformas desencadeadas pelo neoliberalismo, as quais vislumbravam reformas estruturais no Estado, na economia e no sistema educacional. Como reforma do Estado se apregoava a instauração da lógica do Estado mínimo, na economia, a sua desregulamentação e liberalização comercial, e na educação, com o chamado Consenso de Washington, a despublicização da educação, a transferi-la para a esfera da competição privada. A partir dessas perspectivas o sistema educacional começa a possuir direcionamentos mercadológicos, transformando a educação em mera mercadoria apta a ser consumida pelo cidadão capitalista, nesse contexto Gentili revela que:

[...] a educação é reduzida à sua condição de mercadoria, e só deve ser protegida não por supostos direitos “sociais”, mas pelos direitos que assegurem o uso e a disposição da propriedade privada por parte de seus legítimos proprietários. É nesse marco que se reconceitua a noção de *cidadania*, mediante uma revalorização da ação do indivíduo enquanto proprietário que elege, opta, compete para ter acesso a (comprar) um conjunto de propriedades-mercadorias de diferentes tipos sendo a educação uma delas. (GENTILI, 1997, P. 19-20).

A partir dessa gama de mudanças de prioridades a qual o sistema educacional vem sofrendo, o próprio ensino na sala de aula passa a ser afetado pelas tendências reprodutivistas e mercadológicas desse sistema educacional. A partir desse processo de moldação pela qual o sistema educacional é submetido, a formação docente acaba por ser comprometida, via adesão de planos curriculares centralizadores, os quais refletem necessidades e prioridades de um sistema econômico competitivo e injusto. Nesses moldes intrínsecos ao sistema capitalista, o docente de geografia enquanto um sujeito apto à contestação da realidade histórica atual deve agir de forma não compactuante a essa realidade imposta pelo sistema.

Este mesmo sistema educacional existente aos moldes do mercado tende a empobrecer qualitativamente os referências teóricos transmitidos na sala de aula. Dessa forma, o próprio docente e em especial o de geografia, possui como dever sociopolítico elucidar ou pelo o menos mencionar conteúdos de grande relevância social os quais são ocultos pelo sistema burguês, e entender que a negação do conhecimento é um ato político.

Nessa perspectiva a educação serve para internalizar nos jovens os valores do capitalismo, ao qual eles devem subordinar-se. Assim sendo, surge à necessidade do docente de geografia criar uma contra – internalização, não se restringindo de forma rígida ao sistema

imposto, mas empenhando-se na criação de uma alternativa educacional que busque a consciência de classe.

A disseminação de conhecimentos críticos aptos ao desvelar das nuances postas pelo sistema contraditório do capital, pode servir de aporte à tomada de consciência da realidade atual (fundamentalmente, uma realidade desigual) em suas contradições, isso poderia constituir-se em uma força transformadora da sociedade. Enquanto caminhos direcionadores do discurso geográfico podemos tracejar três orientações possíveis, uma geografia extramamente tradicional, ao ponto de servir sobremaneira ao planejamento e a incultação de pretensões ligadas aos interesses de classe, ou seja, direcionada e subserviente ao poder, uma outra enviesada a especialização, a qual se torna um compartimento sem ligações com a totalidade estudada pela geografia, ou ainda uma outra determinada e comprometida com um discurso desligado das pretensões capitalistas, uma geografia crítica ou ainda radical. Este ultimo caminho parece-nos o mais profícuo, tanto para a crítica à geografia moderna e sua reconstrução como para a renovação do ensino da geografia. Trata-se de uma geografia que concebe o espaço geográfico como espaço social, construído, pleno de lutas e conflitos sociais. Ainda sobre esta orientação a qual a ciência geográfica assume, VESENTINI coloca que:

Essa geografia é ainda embrionária, especialmente no ensino. Mas é a geografia que devemos, geógrafos e professores, construir. Todavia, isso não deve significar elaborar um *modelo* a ser seguido (de métodos, temas, conceitos, seqüência da apresentação, etc), pois o modelo por si mesmo destrói a criatividade, limita a descoberta do novo, transforma o conhecimento de fundante em fundado. A geografia se fará diferente de acordo com o problema enfrentado e o engajamento do sujeito do conhecimento. E o ensino é cheio de desafios novos que qualquer modelo pronto vai ignorar. E se o professor não raciocinar em termos de "ensinar algo", e sim de "contribuir para desenvolver potencialidades" do aluno, ele verá que o conhecimento também é poder, serve para dominar ou combater a dominação, e que o educando pode e deve tornar-se co-autor do saber (com estudos participativos do meio, debates freqüentes, textos conteúdo adequados à realidade social e existencial dos alunos, etc) (VESENTINI 2008, P. 15)

O docente caracterizado enquanto ser constituído de historia possui o dever de entender a relação dialética dos acontecimentos corriqueiros, como resultado de processos históricos pelos quais proporcionam as características atuais de uma sociedade baseada na desigualdade entre os homens. A interpretação da realidade exclusivamente desigual e injusta não deve ser entendida enquanto resultado de um processo metafísico a qual a sociedade encontra-se submetida, e menos ainda vista como um processo natural, ao qual o homem deve

apenas adaptar-se. O próprio desemprego ao qual assola a sociedade moderna, e o processo de globalização ao qual referenda-se ao fim das fronteiras e a democratização de benesses, são temas aos quais o docente necessita de forma cuidadosa, buscar alusões que demonstrem as verdadeiras circunstâncias de sua existência histórica. Naturalizar a existência de uma globalização econômica a qual ao mesmo tempo em que integra exclui, é deixar-se envolver por uma ideologia fatalista, de forma a *“convencer os prejudicados das economias submetidas de que a realidade é assim mesmo, de que não há nada a fazer, mas seguir a ordem natural dos fatos”* (FREIRE 1996).

Nessa trama social da qual todos nós fazemos parte, o Estado se torna o agente que têm uma gama de recursos materiais e meios de propagar os valores burgueses que influenciam na construção de uma realidade sócio-espacial específica. Ou seja, a burocratização na administração pública permite a classe dominante direcionar ideais mercadológicos ao sistema educacional público em prol de uma elite dominante. Assim sendo, o docente de geografia pode ser um reprodutivista das idéias do Estado, ou, um agente que apesar de enfrentar normas centralizadoras e verticalizadas no âmbito escolar, pode possibilitar o alargamento da disseminação dos conhecimentos auxiliados de uma visão científica e crítica da realidade, dando dessa forma a possibilidade da ampliação da compreensão da realidade social.

Interpretar o sistema educacional e até mesmo a própria Geografia enquanto disciplina como apenas articuladoras do sistema de classes, seria generalizá-las a suas características utilitaristas. A Escola aos moldes burgueses e também a própria Geografia não são apenas articuladoras para a reprodução do sistema. Elas também são instrumentos de libertação. Elas contribuem em maior ou menor grau, dependendo de suas especificidades para aprimorar ou expandir a cidadania, para desenvolver o raciocínio, a criatividade e o pensamento crítico das pessoas, sem as quais não se constrói qualquer projeto de libertação, individual e coletivo.

O próprio sistema do capital que necessitou de forma decisiva da Geografia enquanto legitimadora de suas ações, também criou todo o cenário para que essa disciplina tradicionalmente positivista e descritiva ganhasse novos olhares, abrindo novas discussões e imprimindo a busca por caminhos metodológicos até então não trilhados. Assim como coloca MORAIS, essa mudança é benéfica, pois introduz um pensamento crítico, frente ao passado dessa disciplina e seus horizontes futuros. Entretanto, essas mudanças de prioridades teóricas e metodológicas não traduzem o fim do utilitarismo dessa mesma disciplina. Nesse contexto, a própria geografia que passa por um momento de ebulição teórica desde o pós 1970, não se desempenha única e exclusivamente no patamar emancipador ou crítico, tendo ainda em suas

bases teóricas tendências do discurso de mercado. Diante desse momento de mudança filosófica e de indecisão teórica, o educador comprometido com a mudança, possui não só o dever de articular uma teoria crítica na sala de aula, mas também transformá-la em prática cotidiana de busca pelo esclarecimento e de adesão ao censo crítico. A renovação pela qual a geografia passou no pós 70, a que lhe assegurou um caráter crítico com a adesão do pensamento marxista pelo questionamento das análises geográficas ao seu papel explicativo no mundo moderno, não reflete na atualidade um maior comprometimento com a mudança social tão almejada pela própria linha de pensamento marxista. A própria corrente de pensamento marxista na geografia passa na atualidade por um fenômeno de “moda”, visto que não se busca por parte de seus adeptos, assim como coloca Carlos (2002) “*um movimento da crítica por dentro de seu pensamento, o que não produziu um movimento conseqüente em direção à superação de suas idéias, afinal as análises realizadas por Marx se referiam às análises do período histórico do capitalismo concorrencial*”. Sendo que alguns ao rejeitarem o marxismo enquanto um fenômeno de “moda”, acabam enveredando ao ecletismo, a explicações de bases fenomenológicas e culturais, as quais privilegiam questões como a consciência, a cultura e a paisagem postas essas enquanto centros das explicações. Essas situações geram a reabilitação do empirismo e de varias outras características positivistas, em contraposição ao pensamento crítico. Toda essa volta à priorização positivista a qual reduz o debate teórico pautado na análise crítica a mera empiria, revela a volta dessa ciência a viabilização da produção econômica e a necessidade da acumulação. Diante dessa circunstancias, um verdadeiro educador não deve se erguer sobre bases rígidas de teorização, nem tam pouco deixar-se influenciar por tendências de mercado, sendo necessário estimular o educando ao desenvolvimento do pensamento novo, baseado na criatividade e no senso crítico. A cerca disso VESENTINI argumenta que:

[...] ser um verdadeiro educador, procurando com a conquista da cidadania, contribuir para o crescimento (no sentido amplo do termo: intelectual, cognitivo, afetivo...) do educando, para sua autonomia criatividade e senso - crítico. Mesmo que isso contrarie certas “verdades” estabelecidas para o educador, pois o principal papel de uma boa educação não é formar discípulos que repitam ou reproduzam noções ou opções dos mestres e sim formar mentes criativas que pensem o novo, que contrarie todas as formas de pensamento estereotipado, inclusive aquelas voltadas para o lado do “bem” ou da “utopia”. (VESENTINI, 2007, P.24 – 25)

Estimular o pensamento novo é interpretar a realidade marcada por desigualdades advindas de um apartheid moderno, disseminado por valores neoliberais, os quais segregam

os indivíduos menos abastados da sociedade, em termos de qualidade de vida e acesso as informações historicamente produzidas. O principal intuito burguês é construir pilares para que o capitalismo se mantenha como sistema econômico vigente no âmbito social. Nesse bojo, o docente fica atrelado à responsabilidade de continuar e renovar o pensamento crítico-social para desvelar a dialética que permeia a sociedade na atualidade. Não se permitindo cair num viés calcado em idéias pré-estabelecidos de modismos que atendam a interesses escusos de n agentes, os quais terão projeção sócio-econômica. Portanto o papel do docente de Geografia é ter como prioridade a adesão de categorias geográficas que dêem embasamento teórico metodológico na produção do conhecimento a ser transmitido ao educando, porém, permitindo-lhes desenvolver suas criatividade esclarecedoras sobre o que está subjacente na trama social cotidiana.

A educação tem por necessidade possuir a característica de intervenção, a qual busca e aspira mudanças radicais na sociedade, no campo da economia, das relações humanas, da propriedade, do direito ao trabalho, a terra, a educação, à saúde, ou seja, tentar mudar a estrutura desigual e combinada pela qual a sociedade contemporânea se assenta. Assim como coloca Freire (1996) em ser “*professora sim, tia não*”, fica demonstrável o papel político e coerente o qual o docente necessita assumir, visto a possuir o caráter de mediador entre os arranjos ideológicos da sociedade e os indivíduos que a compõe.

A educação a qual é mediada por excelência pelo docente não é uma força imbatível a serviço da transformação da sociedade, nem tampouco é a chave da perpetuação do “Status quo” determinada por certa classe, porém, é o caminho mais abito para demonstrar que é possível mudar. Para que se possa dar a mudança é essencial que o docente enxergue no individuo que aprende, sua especificidade histórica de produzir historia, de serem sujeitos de decisão, de ruptura, e de opção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidente de que o trabalho docente é uma atividade que envolve convicções sobre o destino do homem e da sociedade, e que o próprio objetivo da educação, nem sempre vão expressar os interesses da população majoritária, mas, certamente, podem incorporar aspirações e expectativas decorrentes das reivindicações populares.

A geografia enquanto ciência de caráter elitista, de origem baseada em sua funcionalidade prática, necessita ser encarada pelo docente que a ministra como uma arma de mudança social, deixando seu caráter de ciência aplicada de lado e buscando a sua mais

profunda essência de introdução a mudança. Na sociedade capitalista o saber é predominantemente reservado ao usufruto das classes sociais economicamente favorecidas as quais, freqüentemente, as transformam em idéias e práticas convenientes aos seus interesses e as divulgam como validas para todas as demais classes.

O Estado instrumentalizado pela burguesia ascendente do século XVIII forjou o surgimento do sistema escolar, colocando-o enquanto principal patrocinador de uma revolução pela qual o próprio homem sofreria transformações, a cerca dessa idéia Libâneo (2006) coloca que, “*A crença iluminista no poder libertador da razão levou a acreditar que a ampliação da formação cultural para todos iria transformar o homem e, através dele, a sociedade; por isso, ela foi revolucionária*”. Nesse contexto fica visível a tão próxima relação que existe entre os interesses do Estado e a manipulação da ciência, e em específico da geografia, seja para legitimar ações imperialistas, servir ao planejamento, para a viabilização de relatórios de impactos ambientais e até mesmo para a disseminação de valores elitistas na sala de aula.

Diante dessa perplexa realidade a qual envolve a sociedade baseada no capitalismo, fica a responsabilidade para o docente, e em especial o de geografia, em deixar o “*educando se libertar das amarras da dependência intelectual e de pensamento, encontrar a sua criatividade e imaginação, aprender a pensar a partir do diálogo com o real (...), se descobrir como cidadão e, conseqüentemente, agente de mudanças*.” (VESENTINI 2008), a partir dessa necessidade emerge o papel e desafio político da geografia de produzir um conhecimento que de conta da construção de uma teoria da pratica socioespacial enquanto produto e condição para á vida revelando nossa condição no mundo.

BIBLIOGRAFIA

CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). **A Geografia na Sala de Aula** – São Paulo: Contexto, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A geografia hoje; Algumas reflexões**. Terra Livre, São Paulo, Nº 18, JAN.-JUN./ 2002

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** – São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura)

GAUDIO, Rogata Soares Del. **Ideologia Nacional e Discurso Geográfico sobre a Natureza Brasileira, Lutas sociais**, Nº 17.

MORAIS, Antonio Carlos Robert. **Geografia, pequena historia critica**. 21ª edição – São Paulo: Annablume, 2007.

MORAIS, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas: Espaço, Cultura e Política no Brasil**. 5ª edição. São Paulo: Annablume, 2005.

LACOSTE, Y. **Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 1988.

LIBÂNEO, Jose Carlos. **Didática** / Jose Carlos Libâneo. – São – Paulo: Cortez, 1994.

LIBÂNEO, Jose Carlos. **Democratização da escola Publica. A pedagogia critico-social dos conteúdos**. Loyola, 21ª ed, São – Paulo, 2006.

VESENTINI, Jose William. **Para uma Geografia Critica na Escola**. São – pulo: editora do autor, 2008.